

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

PROJETO DE LEI N° 1.487, DE 2004

REDAÇÃO FINAL

Dispõe sobre critérios para aplicação de tarifa aos usuários dos serviços de coleta de esgotos e dá outras providências.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

1° tarifa Art. Α a ser aplicada usuários dos serviços de coleta de esgotos de que trata a Lei n° 442, de 10 de maio de 1993, categoria enguadrados residencial na comercial, cujos estabelecimentos integrem regime Simples Candango ou o tributário especial de que trata a Lei nº 3.247, de 17 de dezembro de 2003, com consumo mensal de até $10\,\mathrm{m}^3$ (dez metros cúbicos), corresponderá a 80%(oitenta por cento) da tarifa de água.

Parágrafo único. A concessão do benefício que trata este artigo, para o caso dos estabelecimentos comerciais, dependerá interessado, requerimento do que terá indeterminado para comprovar requisitos OS legais pertinentes à condição de integrante do Simples Candango ou do Regime Tributário Especial de que trata a Lei n° 3.247, de 17 de dezembro de 2003.

Art. Para permitir а viabilidade econômico-financeira da concessionária serviços de água e esgotos, a tarifa baseada no princípio da tarifa diferencial crescente será recalculada de forma indice que 0 estabelecido fins de reaiuste para possibilite uma geração de receita superior



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

perda de receita em razão do benefício instituído por esta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir do exercício financeiro de 2008.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 3.383, de 2 de julho de 2004, bem como a cobrança na conta/fatura da tarifa de Manutenção de Hidrômetro.

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2006.